



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/RJ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 35413913/2024-NAD/SELOG/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.010006/2024-34

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de dedetização, desinsetização, desratização e descupinização de ambientes pelo período de 30 (trinta) meses, nas localidades desta Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, suas Unidades de Apoio e Delegacias Descentralizadas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Tabela I - Valor unitário estimado por metro quadrado de cada serviço:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSERV	Valor unitário M²
1	Serviços especializados em controle de pragas urbanas, sendo eles, Desinsetização e Desratização, por meio de tratamento com medidas preventivas, ações corretivas e aplicação de produtos químicos, sob a modalidade de serviço continuado.	3417	0,26
2	Serviços especializados em controle e combate à mosquitos e suas larvas.	3417	0,26
3	Identificação, controle, eliminação e monitoramento de cupins e brocas de madeira seca e cupins subterrâneos*	3417	0,26

1.3. Tabela II - Serviços agrupados unidade e local:

GRUPO	ITEM	LOCAL	SERVIÇOS SEPARADOS	PERIODICIDADE	CAT SERV	ÁREA (M²)	QTDE MÁX. DE APLICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO M² (ESTIMADO) Valores separados para desinsetização/desratização e descupinização	VALOR MÁXIMO POR APLICAÇÃO	VALOR TOTAL MÁXIMO PARA 30 MESES
1	1	SEDE	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	36284,07	4	0,26	R\$ 9.433,86	R\$ 94.338,58
	2		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 283.015,75
	3		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 173.159,22
2	4	DPF/NIG/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2036,8	4	0,26	R\$ 529,57	R\$ 5.295,68
	5		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 15.887,04
	6		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 12.331,02
3	7	DPF/NRI/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2868,21	4	0,26	R\$ 745,73	R\$ 7.457,35
	8		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 22.372,04
	9		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 10.515,96
4	10	POSPET	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1060	4	0,26	R\$ 275,60	R\$ 2.756,00
	11		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 8.268,00
	12		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 4.180,80
5	13	DPF/ARS/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	589,45	4	0,26	R\$ 153,26	R\$ 1.532,57
	14		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 4.597,71
	15		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 3.286,92
6	16	DEPOM/ARS	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	603,15	4	0,26	R\$ 156,82	R\$ 1.568,19
	17		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 4.704,57
	18		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 1.646,97
7	19	PORTO ITAGUAÍ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	869,88	4	0,26	R\$ 226,17	R\$ 2.261,69
	20		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 6.785,06
	21		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 3.455,40
8	22	DPF/GOY/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1531,3	4	0,26	R\$ 398,14	R\$ 3.981,38
	23		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 11.944,14
	24		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 4.376,19
9	25	DPF/MCE/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	3969,07	4	0,26	R\$ 1.031,96	R\$ 10.319,58
	26		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 30.958,75
	27		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12			R\$ 17.985,47
10	28	DPF/VRA/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	2617,93	4	0,26	R\$ 680,66	R\$ 6.806,62
	29		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 20.419,85

	30		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	2.545,66	12	0,26	R\$ 661,87	R\$ 19.856,15
11	31	GISE/SR/PF/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	1115,18	4	0,26	R\$ 289,95	R\$ 2.899,47
	32		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 8.698,40
	33		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	812,21	12	0,26	R\$ 211,17	R\$ 6.335,24
12	34	NFTI/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	130,76	4	0,26	R\$ 34,00	R\$ 339,98
	35		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 1.019,93
	36		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	0,26	R\$ 34,00	R\$ 1.019,93
13	37	DEPÓSITO DA ILHA	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	10566,93	4	0,26	R\$ 2.747,40	R\$ 27.474,02
	38		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 82.422,05
	39		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	0,26	R\$ 2.747,40	R\$ 82.422,05
14	40	GPI/SDU	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	3013,78	4	0,26	R\$ 783,58	R\$ 7.835,83
	41		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 23.507,48
	42		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	0,26	R\$ 783,58	R\$ 23.507,48
15	43	GSA/DEAER /SR/PF/RJ	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	325,9	4	0,26	R\$ 84,73	R\$ 847,34
	44		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 2.542,02
	45		Descupinização	SOB DEMANDA	3417		12	0,26	R\$ 84,73	R\$ 2.542,02
16	46	CANIL GIG	Desinsetização	TRIMESTRAL	3417	638,21	4	0,26	R\$ 165,93	R\$ 1.659,35
	47		Desratização	MENSAL	3417		12			R\$ 4.978,04
	48		Descupinização	SOB DEMANDA	3417	205,77	12	0,26	R\$ 53,50	R\$ 1.605,01
Área total m² (previa)						57.653,69			R\$ 30.011,56	R\$ 1.077.720,28

Tabela I - Descrição dos serviços, quantidade (m²), valor máximo por aplicação, valor total máximo anual e valor máximo para 30 meses.

- 1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados desde o primeiro dia de vigência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. OU
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.8. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** o Estudo Técnico Preliminar **OU** os termos da Nota Técnica .../...;
- 1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.[\[A2\]](#)
2. **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[\[A3\]](#)
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000014/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Id do item no PCA: 95;

IV) Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES;

V) Identificador da Futura Contratação: 200356-90028/2023.

OU

~~2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.~~

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**[\[A5\]](#)
- Sustentabilidade[\[A6\]](#)
- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. A empresa CONTRATADA deverá comprovar por meio de licença ambiental ou termo equivalente: documento, o qual licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é expedida pelo INEA, de acordo com o artigo 6º, inciso V, da Lei nº 7.806 de 12 de dezembro de 2017, do Rio de Janeiro.
- 4.3. A empresa CONTRATADA deverá seguir as normas e determinações previstas na Lei nº 7.806/2017.
- 4.4. A CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

4.4.1. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do Fabricante no CTF;

4.4.2. Deverá adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a CONTRATANTE observando os fundamentos legais constantes no Decreto nº 7.746/2012, bem como a IN nº 1/2010 – SLTI/MP;
- 4.5. Os SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os

Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), RDC ANVISA Nº 52, de 22 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências).

4.6. A CONTRATADA é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

4.7. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

4.8. Como critério de aceitabilidade da proposta vencedora, serão exigidos do licitante que apresentar a melhor proposta, observada a ordem de classificação, os seguintes critérios de sustentabilidade, quando couber:

4.8.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.8.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.8.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.8.4. que sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.8.5. que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, e que haja fiscalização de seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

~~Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A7]~~

~~Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo n. _____, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas: [A8]~~

~~4.3.1. ...~~

~~4.3.2. ...~~

~~4.3.3. ...~~

~~Da exigência de carta de solidariedade [A9]~~

~~4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

~~Subcontratação [A10]~~

~~4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.~~

OU

~~4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:~~

~~4.6.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: (...).~~

~~4.6.2. A subcontratação fica limitada a [parcela permitida/percentual]~~

~~4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida. [A11]~~

~~Garantia da contratação~~

~~4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.~~

OU

~~4.10. 4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.~~

~~4.11. 4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.12. 4.11. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.~~

~~4.13. 4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação. [A12]~~

~~Vistoria~~

~~4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.~~

OU

4.14. 4.14. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.15. 4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. [A13]

4.16. 4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria [A14].

~~4.16.1. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

~~4.16.2. ... [incluir outras instruções sobre vistoria]~~

4.17. 4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**[\[A15\]](#)

5.1. **Condições de execução**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias [da assinatura do contrato] ~~OU [da emissão da ordem de serviço];~~

5.1.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, em dias e horários que não causem impactos no funcionamento normal das unidades, aos sábados, domingos, feriados ou dias programados para manutenção, e serão acordados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA com antecedência, via e-mail;
- Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás da empresa. Com no máximo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a Contratada deverá enviar e-mail, para o responsável de cada localidade da CONTRATANTE, relacionando o nome, RG e nº de Crachá para autorização prévia;
- As pragas existentes devem ser exterminadas, bem como a formação de novas colônias e o surgimento de novos focos devem ser impedidos. Caso contrário, e dentro do período de garantia, deverá ser reagendada uma **reaplicação** em até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE
- As aplicações não devem colocar em risco a saúde de pessoas que trabalham ou transitam nas instalações;
- O ambiente não deve ser contaminado com cheiros prolongados, vapores e fumaças;
- A rotina de funcionamento do prédio deve sofrer a menor interferência possível.

(...)

5.1.3. ~~Cronograma de realização dos serviços:~~

5.1.4. ~~Etapas ... Período / a partir de / após concluído ...~~ [\[A16\]](#)

5.2. **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço [conforme tabela 1.3] [\[A17\]](#)

5.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: [08:00 às 17:00 ou conforme necessidade da administração.]

5.3. **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, produtos, equipamentos, ferramentas próprios e seguir as técnicas e procedimentos necessários à perfeita execução contratual. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização dos serviços, devendo a CONTRATADA utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local:

5.4. **DESINSETIZAÇÃO**

DIAGNÓSTICO

5.4.1. A CONTRATADA deverá fazer inspeção nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e em suas Delegacias Descentralizadas, para vistoria e identificação dos locais (edificações, esquadrias e telhados) infestados por pragas e vetores, e analisar o grau de infestação (baixa, média ou alta) para confecção de diagnóstico e relatório de vistoria técnica pelo responsável técnico da empresa.

5.4.2. O diagnóstico deverá conter, no mínimo, as informações descritas abaixo:

5.4.3. Análise de todos os pontos existentes incluindo telhados, esquadrias e estruturas de sustentação, áreas internas, pátio interno e área externa circundante da edificação, destacando as partes relevantes e urgentes para a execução do serviço;

5.4.4. O levantamento de todos os pontos para a aplicação dos produtos que serão utilizados para o tratamento corretivo e preventivo dos locais infestados por pragas e vetores.

TRATAMENTO

5.4.5. A LICITANTE deverá aplicar, pulverizar ou atomizar todos os focos primários de infestação (incluindo tubulações, caixas de esgoto e gordura, ralos de banheiro e demais dependências indicadas pelo fiscal de contrato) identificados ou não na vistoria técnica, com produtos comprovadamente eficazes e adequados para a atuação nesses locais;

5.4.6. A LICITANTE deverá apresentar descrição detalhada da metodologia do combate por inseticida, pulverização e polvilhamento, seus mecanismos de ação, a maneira de atuar nas colônias em caso de reinfestação;

5.4.7. A quantidade de material inseticida e de todos os outros materiais a serem utilizados no tratamento corretivo e no controle, durante a vigência do contrato, não acarretará custos à CONTRATANTE;

5.4.8.

5.4.9. A empresa deverá utilizar a melhor metodologia para a eliminação de pragas e vetores, de acordo com o grau de infestação determinado no diagnóstico;

5.4.10. A pulverização, polvilhamento ou utilização de gel inseticida deverá seguir as seguintes determinações:

5.4.10.1. Pulverização ou micro pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsificado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto ou praga alvo, como: pisos, ralos, frestas, armários, prateleiras, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros;

5.4.10.2. Polvilhamento: Aplicação de produto inseticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com alto poder residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente aos focos situados em pontos com eletricidade como, eletrodutos, caixas de fusíveis e telefone, centrais elétricas e motores e equipamentos elétricos em geral, luminárias, ou ainda determinados espaços falsos ou vagos como alguns tipos de forrações;

5.4.10.3. Gel inseticida: Aplicação de inseticida em formulação gel, tipo isca alimentar, totalmente inodoro, com manutenção do poder residual, palatável e atrativo; deve atuar após a ingestão direta ou indireta. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto a ser exterminado. Esta técnica deve ser utilizada em locais onde não seja possível a utilização de outras, como: portas de geladeiras e refrigeradores, máquinas e equipamentos de preparo de alimentos de cozinhas e refeitórios, mesas e moveis em geral de escritórios, equipamentos eletroeletrônicos, pontos de luz e centrais elétricas, entre outros.

5.4.11. **Controle de Mosquitos**

5.4.11.1. Deverá consistir da integração das técnicas descritas a seguir, com ênfase no controle das populações do *Aedes aegypti* (vetor de transmissão da Dengue e Febre Amarela) e do *Culex* (pernilongo);

5.4.11.2. Manejo químico (tratamento espacial) – tratamento para controle de formas adultas das diversas espécies de mosquitos, a partir de “aplicações espaciais” de “caldas líquidas” de inseticida em “Ultra Baixo Volume (UBV)”, de modo a promover uma distribuição ampla e uniforme do praguicida no local tratado. A abrangência deverá ser de todas as áreas do “Subsolo” e externa do HFL, com atuação específica e incisiva nos locais de comprovada infestação;

5.4.11.3. Manejo químico (controle de larvas) – tratamento pautado na aplicação de larvicida químico e/ou biológico nos locais com acúmulo de água estacionada (potenciais criadouros do mosquito).

MONITORAMENTO

5.4.12. O monitoramento deverá ocorrer a cada trinta dias, durante toda vigência do contrato, devendo ser emitido um relatório mensal de acompanhamento detalhado da situação em cada ponto;

5.4.13. Visando a eliminação de focos de mosquitos nas dependências do Edifício Sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e em suas Delegacias Descentralizadas, a periodicidade do tratamento deverá ser mensal.

5.5. **DES RATIZAÇÃO**

DIAGNÓSTICO

5.5.1. A CONTRATADA deverá fazer inspeção nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e em suas Delegacias Descentralizadas, para vistoria e identificação dos locais (edificações, esquadrias e telhados) infestados por ratos para confecção de diagnóstico e relatório de vistoria técnica pelo responsável técnico da empresa.

5.5.2. O diagnóstico deverá conter, no mínimo, as informações descritas abaixo:

5.5.2.1. Análise de todos os pontos existentes incluindo telhados, esquadrias e estruturas de sustentação, áreas internas, pátio interno e área externa circundante da edificação, destacando as partes relevantes e urgentes para a execução do serviço;

5.5.2.2. O levantamento de todos os pontos para a aplicação dos produtos que serão utilizados para o tratamento corretivo e preventivo dos locais infestados.

TRATAMENTO

5.5.3. A LICITANTE deverá apresentar descrição detalhada da metodologia do combate por iscagem, polvilhamento ou demais meios selecionados pela CONTRATADA, seus mecanismos de ação, a maneira de atuar nas colônias em caso de reinfestação, o modo como serão feitas as iscagens, a profundidade de aplicação, bem como outras informações importantes ou pertinentes;

5.5.4. Iscagem: aplicação de produtos raticidas em diversos pontos e repetidas vezes, os locais deverão ser nas áreas onde materiais ou alimentos estejam sendo atacados, pontos de passagem e esconderijos e tocas, que sejam internas ou externas.

5.5.5. O produto raticida deve atuar exclusivamente por ingestão, deve ser anticoagulante, para evitar odores pós-morte.

5.5.6. Podem ser granuladas ou blocos parafinados, a depender do local.

5.5.7. As iscas devem ser estrategicamente aplicadas em áreas como: parte inferior de gôndolas e nos pés das prateleiras, por baixo de armários, ralos, bueiros, valas ou córregos, tocas, forros, muros, cercas, parte superior de dutos de ventilação ou encanamentos aéreos, entre outros.

5.5.8. As iscas devem ser acondicionadas em porta-iscas e, se necessário, parafusadas nos pisos e paredes;

5.5.9. Polvilhamento: Aplicação do produto raticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente às tocas, eletrodutos de largo diâmetro, entre outros;

5.5.10. Todos os bueiros, grelhas, valas ou ralos que possam ser utilizados para entrada/saída de roedores devem ser fechados com telas de aço ou similar, para impedir o seu ingresso nas dependências da unidade. Ainda, devem a permitir a passagem de água ou qualquer líquido, sem represá-las ou causar alagamentos.

MONITORAMENTO

5.5.11. Em caso de reinfestação a contratada deverá fazer novas aplicações, mesmo que fora do calendário de programação anual, até que a situação seja controlada.

5.5.12. A isca do PEP deverá ser repostada e/ou substituída quando ocorrer o seu consumo total ou parcial e por expiração do prazo de validade;

5.5.13. Aos PEPs deverão ser mapeados, de modo a permitir o adequado monitoramento.

5.6. **DESCUPINIZAÇÃO**

DIAGNÓSTICO

5.6.1. Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal.

5.6.2. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar.

5.6.3. No controle deverá ser realizado o tratamento do solo, alvenaria, tubulações, mobiliários, peças de madeira ou quaisquer pontos que apresentem ataques visíveis de cupins, bem como tratamento preventivo em locais que apresentem a possibilidade de infestação.

TRATAMENTO

5.6.4. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de descupinização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local:

5.6.4.1. Tratamento de solo (barreira química): tratamento químico do solo ao redor das edificações para restringir a entrada de cupins subterrâneos nas edificações. Será feito por meio de perfurações seriadas no perímetro externo de cada edificação, ao longo das paredes laterais com brocas de 10 mm de diâmetro e espaçamento de cerca de 40 cm. A solução inseticida será aplicada com auxílio de hastes e pulverizadores elétricos;

5.6.4.2. Insuflação de pó químico: aplicação de pó químico formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. O tratamento deverá ocorrer em dutos, caixas e quadros da rede elétrica / lógica / telefonia de modo a impedir que os cupins utilizem-se destes locais para se espalharem pelas edificações;

5.6.4.3. Micropulverização: aplicação da calda cupinicida em quantidade suficiente para encharcar a peça a ser tratada por meio de pulverizador elétrico ou manual;

5.6.4.4. Injeção: injeção da calda cupinicida com bomba apropriada e bicos especiais para cada tipo de peça a ser tratada. A calda cupinicida deve ser injetada por meio de pequenos orifícios feitos no momento da aplicação e nos já existentes devido a ação da praga;

5.6.4.5. Encharcamento/pincelamento: aplicação da calda cupinicida em toda a peça a ser tratada com o auxílio de um pincel ou brocha;

5.6.4.6. Instalação de iscas: instalação de iscas colocadas no solo ou parede ao redor da estrutura do imóvel ou em áreas internas.

5.6.4.7. Sistema Sentricon: aplicação para eliminação de colônias de cupins subterrâneos por meio de iscas que agem diretamente na colônia, utilizando o comportamento de distribuição de alimento para eliminação completa da colônia.

5.6.5. No mobiliário e esquadrias de madeira:

5.6.5.1. Apenas quando necessário deverão ser feitos pequenos orifícios na madeira que facilitarão a penetração da solução inseticida base solvente isoparafina inodora. Preferencialmente aproveitar-se-ão as galerias já existentes derivadas dos ataques dos cupins de madeira seca;

5.6.5.2. A penetração será realizada através na injeção da substância mencionada utilizando pistola de baixa pressão;

5.6.5.3. Os furos mencionados deverão ser feitos com brocas de cerca de 3 mm de diâmetro e serão distribuídos de forma a permitir um tratamento eficiente e sem afetar a estética dos mobiliários e esquadrias em questão;

5.6.5.4. A parte interna dos móveis serão tratados através da injeção e/ou pincelamento, com solvente orgânico já mencionado.

5.6.6. Em batentes e rodapés de madeira:

5.6.6.1. Apenas quando necessário deverão ser feitos pequenos orifícios na madeira que facilitarão a penetração da substância mencionada. Preferencialmente aproveitar-se-ão as galerias já existentes derivadas dos ataques dos cupins de madeira seca;

5.6.6.2. A penetração será realizada através na injeção da substância mencionada utilizando pistola de baixa pressão; e

5.6.6.3. Os furos mencionados deverão ser feitos com brocas de aço rápido, de diâmetro 7/64 mm, na face externa dos mesmos para permitir a injeção do solvente em questão.

5.6.7. Em forros, barroteamentos e pisos de madeira:

5.6.7.1. Apenas quando necessário deverão ser feitos pequenos orifícios na madeira que facilitarão a penetração da substância. Preferencialmente aproveitar-se-ão as galerias já existentes derivadas dos ataques dos cupins de madeira seca.

5.6.7.2. A penetração será realizada através na injeção da substância mencionada utilizando pistola de baixa pressão.

5.6.7.3. Os furos mencionados deverão ser feitos com brocas de aço rápido, de diâmetro 7/64 mm, na face externa dos mesmos para permitir a injeção do solvente em questão.

5.6.7.4. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a celebração do contrato entre a vencedora e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas Delegacias Descentralizadas;

5.6.7.5. Segue em anexo ao presente Termo de Referência planta de todo o conjunto predial da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

MONITORAMENTO

5.6.8. Considerando que o cupinicida não elimina colônias de uma única vez, podendo uma aplicação não ser o suficiente para eliminar todos os focos da praga;

5.6.9. A CONTRATADA deverá monitorar o local após a execução do serviço para caso o problema continue, os técnicos da empresa CONTRATADA retornem ao local para reforçar a imunização.

5.6.10. Instalação e monitoramento do sistema de eliminação e controle de colônias de cupins e de formigas:

5.6.10.1. O método de eliminação e controle deverá utilizar processo que estimule os cupins e formigas a se alimentarem da isca e deverá consistir de forma sucinta em:

- Inspeção no perímetro das dependências da Sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro e em suas Delegacias e Descentralizadas, visando à identificação de colônias de cupins e ninhos de formigas;
- Colocação das estações-armadilhas de plástico rígido ao redor das estruturas, fazendo monitoramento e inspeções frequentes para a detecção de indícios de atividades de cupins e formigas;
- Transferência dos cupins encontrados nas estações-armadilhas para os tubos-iscas com o regulador de crescimento hexaflumuron, que impede a substituição do exoesqueleto do cupim; e lançamento de iscas contra formigas nas mesmas estações-armadilhas;

- Aplicação de iscas aéreas nas áreas internas dos prédios onde for constatada a infestação;
- Inspeção de acompanhamento dos cupins capturados que, após se alimentarem da isca, deverão retornar às colônias;
- Substituição da isca após a eliminação da colônia, dando prosseguimento ao processo de monitoramento.

5.7. A execução completa do serviço contratado e o monitoramento previsto deverá ser realizado de segunda-feira à sexta-feira, no período de 09h às 17h;

5.8. A CONTRATADA, após a instalação do sistema, fornecerá o respectivo certificado à Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e em suas Delegacias e Descentralizadas e garantia monitorada dos serviços

5.9. A CONTRATADA realizará monitoramento periódico, a cada 30 (trinta) dias, através de visitas devidamente agendadas com o CONTRATANTE, correndo por sua conta nesse período todas as despesas necessárias, inclusive as correlatas, tais como: deslocamento de pessoal, produtos, testes, análises, etc.

5.10. Todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA durante a instalação do sistema objeto da presente solicitação de contratação, assim como os posteriores monitoramentos, serão documentados em relatório expedido pela CONTRATADA informando e detalhando o serviço executado, o profissional executor e a data da realização.

5.11. O relatório deve conter o timbre da CONTRATADA e a assinatura do profissional executor da atividade realizada, bem como a identificação do seu cargo e/ou função na CONTRATADA.

5.12. O relatório será apensado ao Processo que será originado desta solicitação de contratação de serviço.

Identificação, controle, eliminação e monitoramento de cupins de madeira seca e brocas localizadas na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e nas suas Delegacias Descentralizadas

5.13. O método de eliminação e controle deverá utilizar a injeção e/ou pulverização de cupinicida líquido à base de solvente orgânico inodoro e de grande penetração na madeira (ISOPARAFINA). O princípio ativo a ser utilizado será o fipronil.

5.14. A injeção do cupinicida será realizada por positividade nos mobiliários, rodapés, forros, barroteamentos, batentes, umbrais, pisos e esquadrias, feitas em madeira, localizadas na Sede da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e em suas Delegacias Descentralizadas.

5.15. Os serviços, uma vez realizados, serão documentados em relatório expedido pela CONTRATADA informando e detalhando o serviço executado, o profissional executor e a data da realização.

5.16. O relatório deve conter o timbre da CONTRATADA e a assinatura do profissional executor da atividade realizada, bem como a identificação do seu cargo e/ou função na CONTRATADA.

5.17. O relatório será apensado ao Processo que será originado desta solicitação de contratação de serviço.

5.18. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 3 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

~~5.4.2. [...]~~

Materiais a serem disponibilizados

5.20. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: [\[A18\]](#)

5.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os documentos comprobatórios dos serviços prestados, tais como: as FISPQ (ficha de informação de segurança de produtos químicos), materiais, EPI, equipamentos, insumos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e com qualidade a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- botas;
- luvas;
- calça;
- camisa;
- protetor respiratório semifacial (máscara);
- protetor ocular (olhos);
- capacete ou touca de tecido reforçado;
- macacão específico – Deverá ser fornecido no caso de eliminação de pragas que ofereçam risco ao trabalhador, como marimbondos, abelhas e etc.

~~5.5.2. [...];~~

~~5.5.3. [...];~~

5.22. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPIs) necessários para a execução dos serviços aos seus colaboradores, bem como aos servidores designados pela instituição para acompanhar a execução dos serviços, conforme as normas de segurança vigentes e comprometendo-se a empregar apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal;

5.22.1. Todo produto utilizado deverá estar aprovado pelos órgãos públicos e ser inócuo à saúde humana, e os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação;

5.22.2. Não será permitida a aplicação de produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, que provoquem alergias, ou seja, nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores, dos servidores ou dos usuários da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas Delegacias Descentralizadas;

5.22.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar uniformes e crachás de identificação para seus funcionários;

5.22.4. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fornecimento e uso dos desinfestantes domissanitários aplicados nas áreas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro, em suas Delegacias Descentralizadas e Postos.

5.22.5. Os equipamentos de uso para aplicações dos saneantes é responsabilidade de compra e manutenção da CONTRATADA.

5.22.6. As armadilhas, insumos, e peças e a manutenção e troca será realizada pela CONTRATADA.

5.22.7. A CONTRATADA deverá entregar ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, em via escrita, assinada e com a identificação de seu estabelecimento, o plano de trabalho.

5.22.8. Os serviços deverão seguir o cronograma de atividades estabelecido e apresentado pela CONTRATADA após a anuência da

CONTRATANTE.

5.22.9. Havendo a necessidade de interrupção das atividades e de isolamento do local após a prestação do serviço, deverá a contratada informar o prazo de quarentena por escrito no plano de trabalho.

5.22.10. Caso seja necessário afastar móveis para aplicação de produtos, o afastamento deverá ser feito pela empresa CONTRATADA. Sendo afastados os móveis, a empresa CONTRATADA também deverá, após a aplicação dos produtos, devolvê-los ao lugar de origem.

5.22.11. Ocorrendo avarias, a CONTRATADA deverá substituir todos os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios defeituosos na qualidade e quantidade especificadas nos termos de sua proposta.

5.22.12. Deve a CONTRATADA observar na execução dos serviços prestados nas instalações a presença de estoque de alimentos e existência de refeitórios, quando da aplicação do controle químico, o dever de realizar no estabelecimento procedimentos pré e pós-tratamento a fim de evitar a contaminação dos alimentos, equipamentos e utensílios.

5.22.13. Após a aplicação dos produtos saneantes a edificação, as instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios devem ser livres de vetores e pragas urbanas ou qualquer evidência de sua presença como fezes, ninhos e outras mais.

5.23. A coleta, limpeza e destinação correta de possíveis animais, insetos e/ou roedores que aparecerem mortos durante o processo de aplicação dos produtos deverá ser realizada pela empresa CONTRATADA mediante pronto atendimento à solicitação por parte da fiscalização do contrato.

5.24. Deverá a CONTRATADA fornecer à CONTRATANTE, após a prestação do serviço, o relatório de ocorrências detalhando os serviços efetivamente executados, para cada praga alvo de controle a que se destinou os produtos, devendo o referido relatório estar assinado pelo Responsável Técnico e contendo o nome da contratante; o endereço da contratante; a(s) praga(s) alvo do serviço executado; o(s) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); o nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; o nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho correspondente; o número do telefone do Centro de Informação Toxicológica (CEATOX) mais próximo do local de prestação do serviço; a data e hora de execução do serviço; a identificação da Contratada com a razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

5.25. A CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado, laudo técnico sobre as condições de controle de pragas e vetores nas áreas da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e suas Delegacias Descentralizadas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características: [\[A19\]](#)

5.6.1. O teor dessa característica está contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP);

5.6.2. [...];

5.6.3. [...].

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) [A20]

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido ~~na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).~~

OU

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato [A21]

a. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...];

a) ...

b) ...

c) ...

OU

b. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO [A22]

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações *acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto [A23]

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). [\[A24\]](#)

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar

os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

~~6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:-~~

~~6.18.1. (...)~~

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO[\[A25\]](#)

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 01 IMR (40743892), **OU** outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU o disposto neste item**.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. [\[A26\]](#)

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Reajuste

1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a., da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)). [\[A28\]](#)

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis. [\[A29\]](#)

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. [\[A30\]](#)

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e

necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária. [\[A31\]](#)

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. [\[A32\]](#)

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento [\[A33\]](#)

~~7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex.: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.); para que o contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.33.1. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.33.2. (...)[\[A34\]](#)~~

~~7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.34.1. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.34.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado); ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução. [\[A35\]](#)~~

~~7.35. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo):~~

~~7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.38. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:~~

~~7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente; [\[A36\]](#)~~

~~7.38.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual de ...%. [\[A37\]](#) [\[A38\]](#)~~

~~7.39. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito [\[A39\]](#) não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante. [\[A40\]](#)

7.41. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo. [\[A41\]](#)

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos [\[A42\]](#))

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado. [\[A43\]](#)

8. 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU ~~MAIOR DESCONTO~~

Regime de execução [\[A44\]](#)

8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por preço global..

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:[A45]

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional:[A46]
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:[A47]
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. ~~Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A48]~~
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:[A49]
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* e/ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A50]

Qualificação Econômico-Financeira[A51]

- 8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ~~[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].~~[A52]
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27. ~~O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.~~[A53]

Qualificação Técnica[A54]

- 8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:[A55]
- 8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

- 8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;
- 8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.31.1.1. Registro para execução da atividade de desinsetização e desratização nos órgãos competentes, conforme determina a RDC Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 e na RDC Nº. 20 de 12 de maio de 2010, emitidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- 8.31.1.2. Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: apresentar Licença Ambiental, Certidão Ambiental (CTA) expedido pelo órgão competente do Estado do Rio de Janeiro - INEA e Alvará, Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento do órgão do Município onde a licitante é sediada, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, Artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009 e legislação e normatização correlata (Artigo 6º, III e V da Lei 7.806/17);
- 8.31.1.3. No caso de exercício de atividade de controle de vetores e praga urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico e da Licitante para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009;
- 8.31.1.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 52, de 22 de outubro de 2009;
- 8.31.1.5. comprovante de que a empresa está devidamente credenciada e licenciada junto ao INEA - Instituto Estadual do Ambiente, conforme determina a Lei nº 7.806/2017 do Estado do Rio de Janeiro, estando apta a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas;
- 8.31.1.6. comprovante de que a empresa licitante possui registro junto ao conselho profissional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, ou de outros conselhos que possuam atribuições de competências para tais funções, da região a que estiver vinculada, em plena validade, conforme exigem a Resolução ANVISA nº 52/2009 e a Lei nº 7.806/2017 do Estado do Rio de Janeiro; 21.3.4. comprovante de que a empresa licitante possui em seu quadro permanente um responsável técnico devidamente habilitado pelo conselho regional competente, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, ou de outros conselhos que possuam atribuições de competências para tais funções, que comprove habilitação para o exercício de atividade pertinente e compatíveis com as exigências no presente termo de referência;
- 8.31.1.7. A comprovação do vínculo profissional (cuja substituição somente será admitida caso respeitadas as regras estabelecidas para a sua aceitação e caso aprovada pela Administração) será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como diretor ou sócio;
- 8.31.1.8. a licitante vencedora deverá apresentar certificação da ANVISA relativa aos produtos que serão utilizados, que deverão ser inócuo à saúde humana;
- 8.31.1.9. certificado de Destinação de Embalagens Vazias e Resíduos Sólidos de Saneantes Desinfestantes;
- 8.31.1.10. certificados de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;
- 8.31.1.11. autorização Ambiental para o Transporte de Produtos Perigosos;
- 8.31.1.12. Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional;
- 8.31.1.13. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do Fabricante no CTF;
- 8.31.1.14. Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma Relação dos Produtos Saneantes domissanitários / Desinfestantes que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos;
- 8.31.1.15. Apresentação do Atestado de Visita ao Local dos Serviços assinado pelo Responsável Técnico e por um Responsável do Órgão, atestando que a empresa visitou o local da prestação de serviços ou não, e tomou conhecimento das condições para execução do objeto;
- 8.31.1.16. Comprovação de capacitação técnico-operacional/aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, serviços de desinsetização (baratas, formigas, mosquitos, brocas de madeira, traças, aranhas), desratização (Mus musculus, Rattus rattus, Rattus norvegicus) e descupinização (cupins subterrâneos, cupins arbóreos, cupins de madeira seca e brocas de madeira), por meio de tratamento com medidas preventivas, ações corretivas e aplicação de produtos químicos, através de CERTIDÕES ou ATESTADOS fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovada experiência no combate de pragas e vetores urbanos;
- 8.31.1.17. Declaração de Responsabilidade Técnica, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços objetos da licitação, assinada por todos os indicados e pelo representante legal. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior (Biólogo, Químico, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Bioquímico), devidamente registrado na entidade de classe competente e possuir, em suas atribuições da respectiva entidade de classe, competência para executar tal função;
- 8.31.1.18. Comprovante de treinamento da equipe operacional que executará os serviços objetos da licitação, por meio de certificados de cursos de capacitação para executar serviços de desinsetização, desratização e descupinização;
- 8.31.1.19. A Licitante deverá apresentar descrição detalhada da metodologia do combate por iscas, seus mecanismos de ação, a maneira de atuar nas colônias até o efetivo extermínio, o modo como serão feitas as iscagens, a profundidade de aplicação, bem como outras informações importantes ou pertinentes;
- 8.31.1.20. A Licitante deverá comprovar, através de laudos técnicos e monografias, a eficácia dos componentes ativos da isca empregada no combate às pragas. As iscas deverão estar devidamente registradas no Ministério da Saúde.
- 8.31.1.21. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 8.31.1.22. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com a seguinte

característica mínima:

8.31.1.23. O atestado deverá conter as seguintes informações: identificação do emitente, descrição sucinta do escopo dos serviços prestados e/ou trabalho desenvolvido; caracterização do bom desempenho; resultados alcançados; e cumprimento de exigências contratuais;

8.31.1.24. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.31.1.25. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

8.31.1.26. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.31.1.27. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.31.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.* [\[A56\]](#)

8.31.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.* [\[A57\]](#)

8.31.4. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.31.5. *Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei* [\[A58\]](#)

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador [\[A59\]](#)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$. R\$ 1.077.720,28.. (um milhão, setenta e sete mil, setecentos e vinte reais e vinte oito centavos.), conforme custos unitários apostos na *[tabela acima]* ~~OU [em anexo]~~ [\[A60\]](#)

OU

~~9.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....~~ [\[A61\]](#)

OU

~~9.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.~~ [\[A62\]](#)

~~9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato~~ [\[A63\]](#)

~~9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:~~

~~9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;~~

~~9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou~~

~~9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação;~~

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. ~~(PENDENTE)~~

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **As informações serão inseridas mediante formalização do contrato.**

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. [\[A64\]](#)

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Nota de Rodapé - Modelo de Termo de Referência AGU

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: novembro/2024

Termo de Referência contratação de Serviços – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão novembro/2024)



Documento assinado eletronicamente por **MICHAEL DE ANDRADE MENDES, Perito(a) Criminal Federal**, em 03/04/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO VIEIRA DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 03/04/2025, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40704280&crc=B68E1C8E.

Código verificador: **40704280** e Código CRC: **B68E1C8E**.